

PROJETO DE LEI Nº

Dispõe sobre Políticas Públicas de Combate à Pedofilia e à Violência contra Crianças e Adolescentes no âmbito do Município dee dá outras providências.

A Câmara Municipal dedecreta:

Art. 1º - Esta Lei institui e disciplina as Políticas Públicas de Combate à Pedofilia e Violência contra Crianças e Adolescentes no âmbito do Município de

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, entende-se como Políticas Públicas de Combate à Pedofilia e Violência contra Crianças e Adolescentes, as ações do Poder Público que ordenem organizadamente o tema e apliquem regras adequadas e efetivas para impedir agressões físicas e mentais à crianças e adolescentes.

Art. 3º - São objetivos da Política Pública de Combate à Pedofilia e Violência contra Crianças e Adolescentes:

I Articulação sistemática com organizações governamentais e não-governamentais, podendo firmar convênios e parcerias, e com os demais órgãos da administração pública, visando apoio e a inserção de programas e atividades relacionadas ao combate à pedofilia e à violência contra Crianças e Adolescentes;

II. Identificação de ações informais de combate e a busca de ações integradas;

III. Criar instrumento e mecanismos que estimulem o contínuo crescimento das atividades de combate a pedofilia e à violência contra Crianças e Adolescentes;

IV. Prestar assistência ao Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Defesa à Criança ao Adolescente;

V. Estabelecer incentivos para a constituição, manutenção, fomento e desenvolvimento de ações, programas e instrumentos que tenham como objetivo o combate a violência contra a criança e adolescente;

VI. Facilitar a comunicação entre seus programas, ações e instrumentos;

VII. Apoiar técnica e operacionalmente o combate a pedofilia e à violência contra crianças e adolescentes na cidade de;

VIII. Estimular a inclusão de palestras e meios de informação nas Escolas e Unidades Públicas de ensino e acesso a rede mundial de computadores;

IX. Criar mecanismos para a qualificação e manutenção de profissionais voltados para o combate a violência sexual de crianças e adolescentes;

Art. 4º - Os estabelecimentos que proporcionarem acesso à Rede Mundial de Computadores, Internet, de forma gratuita ou onerosa, deverão observar a seguinte condição:

I - Colocar aviso através de placa ou qualquer outro informativo, em local visível para os usuários com os seguintes dizeres: PEDOFILIA É CRIME! DENUNCIE! DISQUE 100 OU (Nº DO TELEFONE DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO) O DENUNCIANTE NÃO SERÁ IDENTIFICADO!

II - A frase a ser publicada deverá ser escrita em letra maiúscula, ocupando toda placa ou informativo, e em cor que possibilite destacá-la e visualizá-la facilmente.

Parágrafo único: A placa ou informativo, objeto de que trata o inciso I do artigo 4º desta lei, também deverá ser instalada em locais públicos que permitam o acesso à Internet, não limitado somente às Escolas Municipais, Telecentros, Bibliotecas Municipais e Centros Educacionais.

III - As despesas decorrentes da confecção das placas informativas correrão por conta dos responsáveis pelos estabelecimentos.

Art. 5º - O descumprimento desta Lei implicará em aplicação de multa de R\$ 1.000,00 (um mil reais), e em caso de reincidência, a multa será duplicada, concomitantemente com a cassação do alvará de funcionamento do estabelecimento.

Parágrafo Único: Em caso de descumprimento, os agentes públicos responsáveis serão punidos administrativamente, sem prejuízo das sanções penais pertinentes.

Art. 6º - Os provedores de acesso à Internet estabelecidos no município de deverão manter cadastro atualizado das páginas que hospedam, em especial, as que tenham conteúdo relacionado às crianças e adolescentes, bem como os dados dos respectivos responsáveis por sua elaboração, ficando obrigados a comunicação prévia ao Conselho Municipal da Criança e Adolescente de qualquer situação que implique em infringência de quaisquer artigos da Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 1º - Devem ser imediatamente comunicadas as seguintes irregularidades:

I - Informações cadastrais e endereços I.P. de páginas que estejam veiculando materiais sobre pedofilia;

II - Divulgação de qualquer material que coloque criança ou adolescente em situação vexatória ou que atente contra seus direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

III - Divulgação de informações que possam implicar no envolvimento de criança ou adolescente com o consumo de bebidas alcoólicas, ingestão de substâncias entorpecentes ou similares.

§ 2º - O descumprimento ao presente artigo importará em aplicação de multa de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), sendo que a cada reincidência será aplicada a multa em dobro, concomitantemente com a cassação do alvará de funcionamento de qualquer situação que implique em infração ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 7º - Os provedores de acesso à Internet estabelecidos no Município de farão incluir em suas “homes pages”, espaço destinado a denúncia de casos de pedofilia com a seguinte advertência: “PEDOFILIA É CRIME! DENUNCIE! DISQUE 100

Art. 8º- Nos locais públicos onde funcionem computadores com acesso à “internet”, dentro do município de, ficam obrigados a instalar tecnologia de filtragem de conteúdo.

Parágrafo único. “Websites” que façam apologia a drogas, pornografia, pedofilia, sexo, violência, armamentos ou qualquer tipo de preconceito, devem ser terminantemente proibidos.

Art. 9º- Deverão ser exigidos em hotéis e similares, fotos e cópias dos documentos de identidade e/ou nascimento de hóspede e de acompanhante menor de 16 anos a serem enviados para o Conselho Tutelar do município de

Art. 10º- A fiscalização ao cumprimento desta Lei compete ao Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, com a colaboração da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Parágrafo único: Os casos constados de crime contra as crianças e adolescentes deverão ser notificados ao Ministério Público da Comarca.

Art. 11 - Fica instituída a Semana de Combate à Pedofilia no âmbito do Município de, a ser realizada, anualmente, na semana do dia 18 de maio – Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Art. 12 - A data ora instituída passará a constar do Calendário Oficial de Eventos do Município.

Art. 13 - A “Semana de Combate a Pedofilia”, terá o objetivo de conscientizar a população, através de procedimentos informativos, educativos e organizativos, para melhor conhecer sobre o assunto e buscar iniciativas de combate a este tipo de crime.

Art. 14 - Constituem objetivos fundamentais da Semana de Combate à Pedofilia:

- I. Viabilizar a interação com a sociedade civil;
- II. Incentivar iniciativas que possam contribuir ao combate da pedofilia;
- III. Estimular atividades de promoção, proteção e apoio ao combate a pedofilia;

IV. Informar e conscientizar a sociedade, principalmente, crianças e adolescentes, sobre os crimes e consequências da Pedofilia e os crimes previstos no Estatuto da Criança e Adolescente.

V. Sensibilizar os diversos segmentos da sociedade para que apoiem as iniciativas voltadas ao combate da violência contra crianças e adolescentes;

VI. Alertar a população da gravidade dos efeitos da pedofilia;

VII. Apoiar e encaminhar aos órgãos competentes para tratamento, crianças que já sofreram abusos e violência.

Art. 15 - Serão desenvolvidas e veiculadas na mídia e nos espaços municipais, equipamentos urbanos, Unidades Básicas de Saúde e entidades conveniadas, campanhas permanentes de informação, destinada ao público em geral, informando:

I - Sobre os diversos tipos de violência e exploração sexual que vitimam crianças e adolescentes;

II - A identificação de indicadores físicos e psicológicos da violência;

III - Sobre os órgãos municipais, estaduais e federais que fornecem ajuda e orientação às vítimas de tais delitos, com endereço, telefone e horário de atendimento.

Art. 16- Nas creches, escolas públicas ou privadas e centros de democratização de acesso à rede mundial de computadores – Telecentros será realizada campanha, direcionada a crianças e adolescentes, que utilizará linguagem adequada a seu nível de entendimento e escolaridade, abordando os seguintes temas:

I - A violência contra crianças e adolescentes, nas mais diversas formas, tais como:

a) castigos corporais,

b) agressões psicológicas,

c) exploração sexual,

d) violência sexual,

e) atentado violento ao pudor,

f) trabalho inadequado, entre outros.

II - Conscientização de seus direitos, alertando-as para as diversas situações de violência sexual, tornando-as capazes de se defender e buscar auxílio;

III - A importância da denúncia para sua proteção.

Art. 17 - Nas palestras sobre os temas de que trata a presente lei, será utilizado vocabulário, técnicas e grau de complexidade adequada ao de entendimento e escolaridade das pessoas interessadas e presentes.

Art. 18 - Anualmente, na semana em que se comemora o Dia Municipal de Combate ao abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de maio), serão divulgados estudos, pesquisas e projetos de enfrentamento aos maus tratos praticados.

Art. 19 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 20 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Vereador

JUSTIFICATIVA

Tem a presente propositura, a principal finalidade de regulamentar, ainda que singelamente, Políticas Públicas de Combate a Pedofilia e Violência contra Crianças e Adolescentes no âmbito do Município de.....

Atualmente usa-se o clichê de que a "sociedade atual está doente", porém, nada parece mais adequado para embasar tal opinião quanto às barbáries da pedofilia.

Várias cidades do país estão sendo alvo de pedofilia. No ano passado, em Mato Grosso, uma operação policial resultou na prisão de 4 pessoas, em cumprimento a mandados judiciais. Todas são acusadas de produzir, portar ou compartilhar imagens e vídeos contendo abusos sexuais contra crianças e adolescentes. Também, em outra data posterior a esta ação, foi deflagrada a Operação Glasnost, uma das maiores já realizadas com este intuito no país, envolveu centenas de policiais federais que se dividiram por 8 estados à procura dos suspeitos. Além de cumprir os mandados de prisão, os policiais prenderam em flagrante pessoas armazenando imagens eróticas de crianças. Havia professores, profissionais liberais, pais que abusavam das filhas e postavam os vídeos em grupos privados para o deleite de criminosos tarados de todo o mundo. Quanto mais a tecnologia avança, infelizmente mais campo parece se abrir para esses criminosos.

Não pense você que é exagerado alguém responder por crime se "apenas" guarda imagens deste tipo em seu celular ou notebook. É justamente este consumidor de lixo da internet o responsável por justificar toda a cadeia maligna que sacrifica criaturas inocentes em nome do prazer doentio. Alguém consegue imaginar qual será o futuro dessas pequenas vítimas, se sobreviverem à barbárie até lá? Quantas crianças, por sinal, não foram mortas por quadrilhas internacionais de pedófilos?

Nem tudo é culpa da superproteção dos responsáveis. O exagero, em verdade, é bastante compreensível. A maldade sempre existiu, na pele de predadores sexuais à solta por aí, mas é inegável que a pedofilia virou um negócio articulado, uma "indústria" cada vez mais exigente e disposta a se expandir. E ninguém hoje em dia pode se dar ao luxo de achar normal que crianças fiquem sozinhas em um parquinho, por exemplo. São elas os alvos dessa tal indústria. Não se pode descuidar. Se estamos formando uma geração de filhos de condomínio (para quem tem condições) é porque do portão para fora não se pode confiar em ninguém. Ou melhor, do portão para dentro também. Enquanto todos tentam fazer a sua parte no sentido de reduzir os riscos, confia-se nas autoridades para que novas redes sejam descobertas e todos os seus membros presos, retirados imediatamente do convívio em sociedade.

Visando à execução desta lei e à realização das atividades nela previstas, o Executivo poderá contar com a contribuição do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente, Conselho Tutelar e apoio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, podendo firmar convênios e parcerias com outras entidades governamentais e não governamentais.

O Projeto ora apresentado terá grande alcance, porque muitas vezes, já foram encontrados computadores em locais públicos com acesso irrestrito, recheados de fotos obscenas de crianças, sem repressão, por falta de medidas como estas propostas nesta lei.

Pela relevância da matéria, peço aos nobres pares o apoio para aprovação desta iniciativa.

(Obs: Parte do texto da Justificativa deste projeto de lei, foi extraído do Editorial da Gazeta Digital de Cuiabá).